

Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura – Intercâmaras/CIF

3ª Reunião Ordinária do GT PESCA

Local: Auditório da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – Brasília/DF

ATA

Aos 31 dias do mês de outubro de 2018, às 13 horas, deu-se início a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT PESCA), instituído pela Deliberação nº 175 de 29 de junho de 2018, do Comitê Interfederativo – CIF.

A reunião deu-se início com a apresentação dos participantes. Em seguida, o coordenador da CTBIO/CIF, João Carlos A. Thomé, fez a leitura dos pontos de pauta e reafirmou a importância e complexidade do tema e a participação fundamental dos órgãos SEAP e ANVISA nessas discussões. Foi necessário uma alteração na ordem dos itens de pauta dando sequência a discussão do item 2.

No segundo item de pauta, referente à retomada da pesca e projetos de sustentabilidade do setor pesqueiro e aquícola da CTEI, o coordenador Ricardo Ruiz apresentou os programas trabalhados nesta câmara e suas respectivas cláusulas que envolvem as diversas modalidades pesqueiras. O sr. Ricardo mencionou que até o momento houve a aprovação do projeto piloto de criação de tilápias em tanques suspensos, que vem sendo desenvolvido em Regência com apoio da Fundação Renova, o que tornaria uma possível solução no caso da impossibilidade de retomada da atividade pesqueira, tendo como projeto piloto a implementação de 120 sistemas de aquaponia com tanques de cinco mil litros, na região da Foz do Rio Doce. O sr. Ricardo informou que, do ponto de vista da retomada da atividade, não houve nada de concreto pois é necessário um mapeamento dos pescadores com detalhamento de dados como identificação, quantitativo, localidade, modalidade para se discutir a retomada da pesca de forma concreta analisando os possíveis cenários atuais e futuros. Informou ainda que, até o momento, a CTEI não obteve esses dados, sendo a única informação repassada o número total de pescadores cadastrados, apresentando instabilidade nas informações, dificultando assim o desenho de um programa econômico para a pesca. O sr. Ricardo informou ainda que é necessário a caracterização da atividade pesqueira, um censo contendo todas essas informações mencionadas e o peso dessa atividade na renda da população afetada além da situação do próprio estoque pesqueiro.

O sr. Alejandro Garcia da SEAG complementou informando que o projeto, na forma de tanque escavado foi apresentado em 2016 para um grupo de pescadores da Foz, no território quilombola de São Mateus, em que os mesmos manifestaram interesse mas alegaram falta de terra para implementação, por

isso a opção pelo tanque suspenso ou tanque redes, sendo que estes últimos não foram aprovados por falta de viabilidade nas lagoas. Iniciaram o cultivo em 2017, com recursos do Banco do Brasil, e depois apoio da Renova, e com o passar do tempo, houve uma evasão dos pescadores a medida que estes iam recebendo as suas indenizações. O sr. Alejandro informou ainda que algumas lideranças ainda estão a frente desse projeto, em Regência/ES, em que já pode ser observado o desenvolvimento dos peixes.

O secretário executivo do CIF, sr. Renato, sugeriu a participação do coordenador da CT- ECLT neste grupo de trabalho por conta do envolvimento direto da pesca nas atividades de esporte, lazer e turismo, e o mesmo irá pautar uma apresentação da CT-ECLT na próxima reunião.

Retomou-se ao primeiro item da pauta, com a apresentação da situação do cadastro e indenização de pescadores pela CTOS, em que a Sra. Vanessa Lanza, da CTOS fez uma breve contextualização da situação da câmara e apresentou o relatório entregue pela Fundação Renova à CTOS com os dados de pagamentos de indenização dos pescadores. Informou ainda que esta câmara só possui as informações do número dos pescadores que receberam a indenização, e não dos pescadores cadastrados, nem sua localização ou detalhes. O secretário do CIF sugeriu a apresentação detalhada desses dados na próxima reunião do GT. O Sr. Carlos Cenachi da Fundação Renova informou que esses dados são apresentados à CTOS periodicamente e complementou que será apresentado na próxima reunião o que a Fundação tem feito até o momento,, trazendo todos os dados disponíveis detalhados.

A Sra. Camila Camilo da Fundação Renova lembrou as informações quanto ao cadastro dos pescadores apresentado na reunião anterior do GT fazendo uma breve leitura do quantitativo de pescadores cadastrados, os acordos realizados e seus pagamentos. A Sra. Camila sugeriu ainda que a CTOS apresente na próxima reunião o que tem sido feito no âmbito da câmara e afirmou que a Fundação Renova irá também apresentar os dados categorizados por região. Foi solicitado pelo Coordenador do GT que A Fundação Renova e a CTOS trabalhem os dados em conjunto e tragam para a próxima reunião do GT um retrato de situação com distribuição, localização, categoria e todos os detalhes possíveis da situação do cadastro de pescadores.

O coordenador da CTBIO, João Carlos, lembrou a questão da proibição da pesca feita em 2016, por conta da pesca de camarão, que revolveria os sedimentos depositados, e que até o momento não estava integrada nas discussões, e atualmente se encontra reconhecida como atingida, aumentando mais ainda a complexidade das discussões. A Sra. Rosa Eurídice, chefe da fiscalização do IEMA/ES, atualizou as informações referente as fiscalizações quem vem sendo realizadas em ações conjuntas com a Capitania dos Portos e as Polícias Militar Ambiental e Federal com o IBAMA/ES e o IEMA e ICMBIO, em que foi registrado a pesca de toneladas de camarões sendo a frota fiscalizada compõe-se de 90% de pescadores vindos do estado Rio de Janeiro, o que pela portaria atual é ilegal. O sr. João Carlos complementou que essas fiscalizações estão ocorrendo no mar, estando o rio ainda descoberto nessa questão, e, que o estado de Minas Gerais também está buscando soluções de fiscalização junto aos órgãos envolvidos.

O Próximo item da pauta, referente à apresentação do consolidado das informações de contaminação do pescado pela CTBIO, o Prof. Adalto Bianchini da FURG atualizou as ultimas informações das análises realizadas ainda de 2017, e apresentou os dados comparativos com as expedições anteriores, e, sugeriu que as análises desse GT usem sempre como base os dados da última expedição, faltando portanto da expedição de fevereiro de 2018, ainda em análise. O prof. Adalto informou que na quinta expedição, , realizada, na estação seca de 2017, foi observado que houve uma diminuição dos índices de contaminação no camarão, e nos peixes, onde apenas 1% encontra-se contaminado, segundo a legislação. Essa diminuição nos níveis de contaminação foi observado ao longo das expedições conforme discutido na reunião anterior. O prof. Adalto informou que aguarda os resultados das últimas expedições de fevereiro para concluir os estudos e constatar se houve de fato a diminuição na contaminação do pescado. Haverão resultados de mais duas campanhas, sendo uma já realizada em setembro com a conclusão dos dados previstos para até dezembro, e a outra que ocorrerá em janeiro de 2019. O sr. Bruno Pimenta da Fundação Renova informou que houve uma reunião junto à ANVISA referente a esse assunto. A Sra. Ligia Schreiner da ANVISA complementou sobre a importância de todos esses dados gerados para se entender a situação e afirmou a participação da ANVISA nas próximas discussões e nas tratativas do tema deste GT e pediu que as convocações sejam feitas com mais antecedência.

A Sra. Caroline Molina da CT-IPCT iniciou a discussão referente ao monitoramento do pescado feito pela Renova e relatou um fato ocorrido na comunidade quilombola de Degredo em que a empresa Razão apresentou um relatório de contaminação de pescado informando que os peixes podem ser consumidos pela população por não apresentarem risco de contaminação e pediu explicações quanto a situação ocorrida. O sr. Bruno Pimenta relatou que, segundo a empresa, a coleta dessa pesquisa foi realizada com a participação da comunidade, e que a mesma deveria ter mencionado no relatório que o resultado refere-se apenas ao resultado daquela coleta específica não generalizando a informação. A Sra. Carolina expôs a gravidade que esse tipo de situação gera dentro da comunidade relatando o descaso na divulgação das informações para com as comunidades tradicionais. O sr. Sérgio Ribeiro da CT-SAÚDE informou que não caberá apenas uma correção por parte da empresa que emitiu o relatório pois não deve ser comunicado nenhum tipo de informação quanto à risco a saúde humana sem antes haver uma discussão com os órgãos responsáveis. A Sra. Camila Camilo informou ainda que o Plano de Comunicação solicitado na ultima reunião do GT já foi elaborado e será encaminhado a SECEX/CIF para que seja enviado a todos os demais participantes deste grupo para ciência. Porém pediu-se a não divulgação do mesmo, pois deverá haver um alinhamento da Renova com a CT Saúde, para que siga os parâmetros previstos em situações desse tipo, visando não provocar alarmismos ou más interpretações. Aguarda-se então para a próxima reunião a discussão entre Renova e CT Saúde, do Plano de comunicação com respeito a situação do pescado.

A Sra. Ligia da ANVISA colocou a necessidade da obtenção dos dados referente ao padrão de consumo do pescado das regiões afetadas, consideradas acima da média nacional, para que sejam

calculadas as quantidades de consumo que não gerem risco àquela população. O Sr. João Carlos da CT-BIO sugeriu que houvesse uma reunião prévia da ANVISA e demais órgãos envolvidos, com a FURG e RENOVAE para discussão dos dados já disponibilizados e manifestação por parte da Anvisa. Poderão ser convidados os órgãos de vigilância sanitária dos dois estados.. O que ficou de ser agendado antes da próxima reunião do GT.

A Sra. Patrícia Fernandes da CT-Rejeitos fez uma breve apresentação de um dos pontos discutidos no âmbito desta CT no que concerne a avaliação de risco expondo os fatores utilizados para desenvolvimento dos estudos de avaliação de risco a saúde humana e avaliação de risco ecológico. O Sr. Sérgio da CT-Saúde complementou sobre a variação nos pontos de vista entre a área da saúde e a área ambiental nos estudos de risco à saúde humana, em que os parâmetros utilizados do ministério da saúde diferem dos parâmetros da CETESB e reforçou a importância dos dados e a construção dos estudos para a tomada de decisão quanto aos riscos existentes. Reforçou ainda que informações preliminares podem e devem ser comunicadas a população dentro dos cuidados exigidos nesse tipo de ação, como a divulgação dos trabalhos que vem sendo realizados, mas que qualquer outro tipo de comunicação deve passar pelas CTs responsáveis para consolidação.

O sr. João Carlos da CTBIO retomou a discussão dos pontos de pauta, referente a criação da Unidade de Conservação (de Uso Sustentável) na Foz do rio Doce, e mencionou que já vem sendo discutido junto ao ICMBio com a proposta de sair da gestão no âmbito nacional e passar para a administração local para que sejam feitos arranjos distintos e específicos para o local, com suas próprias regras, manejo local da pesca, combinando geração de renda com conservação. Informou ainda que haverá uma reunião com o Governo do Estado do Espírito Santo e, a audiência pública para a criação desta UC na segunda quinzena de novembro no município de Linhares.

O sr. João Carlos sugeriu que a Fundação Renova e o Prof. Adalto entregue os dados brutos para ANVISA para análise e que esta apresente, na próxima reunião, uma manifestação consolidada referente a contaminação do pescado.

A Sra. Eloá da Fundação Renova informou que os comunicados e demais documentos referente ao GT Pesca serão enviados para o e-mail da SECEX/CIF e CTBIO.

Foi sugerido a data da próxima reunião para dia 28/11/2018 em Belo Horizonte/MG e todos os participantes estiveram de acordo.

Às 17 horas a reunião deu-se por encerrada.